

Política de Proteção à Infância



Milagres-Ceará



**Sociedade de Assistência à Criança
SOAF**

Milagres-CE

Ficha Técnica

Sociedade de Assistência à Criança – SOAF

Endereço: Rua José de Alencar, 296

Meios de contatos: 88 99986 3557

soaf@infotech.net.br

soafmilagresce@gmail.com

Direção Executiva da SOAF

Anisia Maria de Souza Pereira

Adriano Aleixo Batista

Maria Socorro David Laurentino

Geane Gabriel Pereira

Maria Janice Leite Ferreira

Raquel Rodrigues da Silva

Responsável Pela Salvaguarda na SOAF

Ana Geysa Grangeiro Sampaio

Grupo de Trabalho da SOAF

Ana Geysa Grangeiro Sampaio

Anielly Xavier Gomes

Cícera Figueiredo Pereira

Dabila Rayza Patrício de Figueiredo

Hadriene dos Santos Xavier Ferreira

Katrine Garcia Santos

Maisa Tomais de Araujo

Maria Helieuza David Alves

Maria Sonayra da Silva

Raimundo Inaldo Alves Araújo

Redação e sistematização da PPI.

Raimundo Inaldo Alves Araújo

2ª Edição atualizada, 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	3
Missão, Visão, Valores.....	5
Marco Conceitual e Referências Legais.....	6
Definições e Tipologia de Abusos.....	8
Objetivo e Amplitude da Política.....	9
2. MEDIDAS DE PREVENÇÃO.....	10
Segurança da Informação.....	11
Padrões para a Gestão de Recursos Humanos.....	12
Padrões para a Comunicação Social.....	13
3. SISTEMA DE MANEJOS DE CASOS.....	14
Sistema De Revelação, Denúncia, Investigação E Seguimento De Casos De Proteção Infantil.....	14
4. IMPLEMENTAÇÃO COM PARCEIROS/PADRÕES PARA AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO INFANTIL DOS PARCEIROS/ AVALIAÇÃO DE RISCOS.....	15
Elementos da PPI.....	16
5. DOCUMENTOS E AVALIAÇÃO.....	17
Estabelecimento de uma Retroalimentação/Processo de Aprendizagem Continua.....	17
6. ANEXOS.....	18

1. INTRODUÇÃO

A Sociedade de Assistência à Criança (SOAF) é uma Organização da Sociedade Civil que tem personalidade jurídica, natureza filantrópica, sem fins econômicos. Fundada em 25 de setembro de 1987 a partir das necessidades e carências da comunidade, desenvolve um trabalho de promoção social junto a um significativo número de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. A sede da SOAF está situada no Bairro periférico de Milagres, denominado Bairro Francisca do Socorro. Tem como área de atuação: Bairro Francisca do Socorro, Frei Damião e Casa Própria, assiste famílias no Distrito do Rosário, Vila Pe. Cícero, St. Limoeiro, St. Nazaré, Vila Manoel Alves e na cidade de Missão Velha em comunidades na zona urbana e rural totalizando 1.109 famílias e 1.590 crianças, adolescentes e jovens.

A SOAF Oferece atividades socioeducativas, culturais, ações preventivas, esportiva, brinquedoteca, orientação coletiva e familiar. Busca desenvolver as potencialidades dos envolvidos, instruindo-os para uma convivência harmoniosa, despertando valores éticos e morais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e sem conflitos.



Através do trabalho voluntário de 75 “Animadores Comunitários” e da equipe profissional conseguiu mudar o cenário e perspectiva de vida. Ao longo de trinta e cinco anos de atuação destaca-se alguns avanços significativos como o combate à desnutrição e promoção de comunidades e construção do conhecimento em prol da cidadania igualitária.

Atua na área da infância e adolescência e tem como principal parceiro o ChildFund Brasil com o sistema de Apadrinhamento de doadores em todo o mundo. As crianças e adolescentes fortalecem os laços de amizade com seus doadores através de relatórios anuais de acompanhamento da situação familiar e trocas de cartas com informações de saúde, educação e garantias de direitos.

Em 1998 conseguiu se firmar no cenário nacional da luta comunitária, classificando-se como 349º. Maior Entidade do Brasil de acordo com análise da KANITZ e Associados. Recebeu o PRÊMIO Bem Eficiente e vários outros prêmios de reconhecimento, impulsionando ainda mais o trabalho desta Entidade. Faz parte da Rede Nossas Crianças, gerenciado pela Fundação Abrinq pelos Direitos das Crianças, com sede no Estado de São Paulo, com quem mantém parceria na realização de projetos de combate à violência contra crianças e adolescentes.

Milagres é um município brasileiro do estado do Ceará. Sua população em 2010 era de 28.316 habitantes. Tem um único distrito, Rosário localizado às margens da CE-293, na via que faz a ligação entre a cidade de Milagres e a de Juazeiro do Norte. Atualmente o Prefeito municipal é Cícero Alves de Figueiredo (PDT); (2021-2024). A cidade foi fundada em 17 de agosto de 1846 tem o clima: Tropical quente semiárido. É distante da até a capital: 475 km. Microrregião: Brejo Santo IBGE/2008

No Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/1990 (ECA), Art. 3º, fica compreendido que (BRASIL, 1990):

“A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades



e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e de dignidade. ”

A SOAF baseia-se nesta compreensão de que todas as crianças e adolescentes possuem direitos que serão respeitados sempre. E que a elas serão asseguradas a integridade na Proteção integral.

MISSÃO

Desenvolver ações, com participação das famílias, visando criar condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes envolvidos possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoa, cidadão e futuros profissionais.



VISÃO

Garantir que crianças e adolescentes tenham uma infância digna defendendo seus direitos em comunhão com a família interferindo positivamente nas suas realidades superando as desigualdades sociais.

VALORES

Ética

Compartilhamento

Exercício da Cidadania

Transparência

Autonomia

MISSÃO
Desenvolver ações, com participação das famílias, visando criar condições e oportunidades para que todas as crianças e adolescentes envolvidos possam desenvolver plenamente o seu potencial como pessoa, cidadão e futuros profissionais.

VISÃO
Garantir que crianças e adolescentes tenham uma infância digna defendendo seus direitos em comunhão com a família interferindo positivamente nas suas realidades superando as desigualdades sociais.

VALORES
Ética
Compartilhamento
Exercício da Cidadania
Transparência
Autonomia

SOAF MILAGRES-CE
SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA

Marco Conceitual e Referências Legais

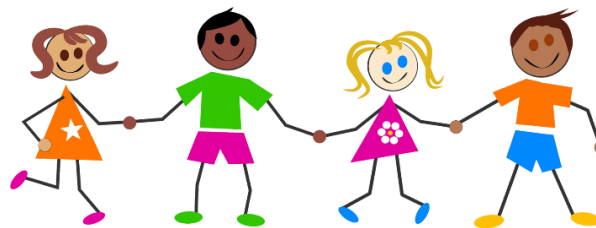
A SOAF tem como base ou marco conceitual e referencial teórico a legislação vigente para nortear e fundamentar as suas ações. A Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004 e Norma Operacional Básica NOB SUAS nos indica que no Brasil há grandes índices de desigualdades que necessitam de medidas estratégicas para serem diminuídas. A questão central a ser considerada é que esse modelo de desigualdades dos Pais ganha expressão concreta no cotidiano das cidades, cujos territórios internos (bairros, distritos, áreas censitárias ou de planejamento) tende de apresentar condições de vida também desiguais. Esta referência nos remete a realidades vivenciadas por famílias, crianças adolescentes e jovens residentes nos bairros da cidade de Milagres CE, onde a situação de vulnerabilidades distancia esta população de oportunidades de transformação social. Muitas crianças, adolescentes não estão vivendo o exercício dos seus direitos, muitas vezes os direitos não são vistos por falta de informação, e esta é uma das razões que a SOAF desenvolve através de oficinas o trabalho acerca dos direitos como atitude de desenvolvimento social e vivencias significativas de cidadania.

O Art 3º do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990) deixa claro que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízos da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando -se - lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, afim de lhes faculta o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Este artigo nos fundamenta para apresentação das oficinas socioeducativas são realizadas na SOAF oportunizando a participação de crianças adolescentes, jovens e famílias visando desenvolver potencialidades, habilidades, talentos, as relações afetivas e de solidariedade, o respeito e formação.

Para os efeitos da lei, são consideradas crianças as pessoas de zero a 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas com idade entre 12 e 18 anos incompletos. Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

As atividades que a SOAF realiza com crianças estão baseadas nos princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 e da Declaração de Direitos Humanos de 1948, que são:

- . Melhor interesse da criança;
- . Não discriminação;
- . Liberdade de expressão;
- . Respeito pela opinião da criança em questões que a afetam;
- . Participação da criança.



A SOAF não tolera nenhuma forma de abuso ou exploração de crianças.

No detalhe dos impactos que desejamos alcançar junto as crianças, adolescentes e suas famílias, salientamos a importância da articulação na rede socioassistencial, fomentando a integração das instâncias governamentais e sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e funcionamento de promoção, defesa e controle para efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Sistema de Garantias de Direitos.

CONCEITOS

Funcionários: se refere a todos os indivíduos que recebem salário regular pelo seu trabalho.

Colaboradores: se refere a uma variedade de indivíduos remunerados e não remunerados que se comprometem a trabalhar ou apoiar a SOAF. Incluem-se, entre outros, membros do conselho, voluntários, inclusive os voluntários das comunidades, estagiários, patrocinadores, doadores, consultores, assessores.

Visitantes: se refere a uma variedade de pessoas que estão visitando nossos programas, projetos, ações e podem entrar em contato com as crianças através da

SOAF, incluindo estudantes, jornalistas, meios de comunicação, pesquisadores entre outros.

DEFINIÇÕES E TIPOLOGIAS DE ABUSOS

"O abuso e os maus-tratos à criança incluem todas as formas de maus-tratos graves, físicos e/ou afetivos, o abuso sexual, abandono ou tratamento negligente, exploração comercial ou outra que resultam em riscos reais ou potenciais à sua saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade no contexto de uma relação de responsabilidade, poder ou confiança."

Organização Mundial da Saúde, Report of the Consultation on Child Abuse Prevention, Genebra 1999

Proteção da Criança: A prevenção e resposta a todas as formas de violência, abuso, negligência, e exploração de crianças.



- **Negligência:** Não prover a criança de segurança física e desenvolvimento, por descuido ou negligência. Exemplos: abandono; falta de supervisão; falha em fornecer cuidados médicos ou atenção psicológica.

- **Abuso:** Um ato deliberado de maus-tratos que provavelmente causará sofrimento e dano à segurança, bem-

estar, dignidade e desenvolvimento da criança. Exemplos: surra, sacodida violenta, arremesso, queimadura ou escaldamento, afogamento, sufocamento, tortura, envenenamento, introdução ao abuso de drogas, abuso psicológico e emocional, linguagem insultuosa.

- **Exploração:** O uso de crianças para vantagem, gratificação ou lucro de alguém resultando frequentemente em tratamento injusto, cruel e prejudicial da criança. Estas atividades são em detrimento da saúde física ou mental,

educação, desenvolvimento moral ou sócio emocional da criança. O trabalho infantil é uma forma de exploração.

- **Violência:** Infligir ou permitir ferimentos ou danos físicos contra uma criança tais como nos contextos de violência doméstica (socos, pontapés, mordidas, escaldamento-queimadura, ataque com objetos). A Violência Sexual e Baseada no Gênero é uma forma de violência que tem como alvo as pessoas com base em seu gênero.
- **Tratamento Humilhante e Degradante:** tratamento que causa intenso sofrimento físico e mental e é infligido para ganhar controle e submissão, quebrando a resistência física e moral da criança, muitas vezes pelo insulto, colocando para baixo, xingando nomes, e ou forçando ou infligindo demonstrações humilhantes de inferioridade e submissão.
- **Abuso Psicológico/Intimidação:** o exercício do controle sobre a criança através do uso de ameaças verbais e ou maus-tratos emocionais e medo tais como ameaça de ferir, matar, destruir ou retirar pessoas, animais, objetos queridos ou causar vergonha pública.
- **Trabalho Infantil:** Trabalho que priva as crianças de sua infância, seu potencial e sua dignidade, e que prejudica seu desenvolvimento físico e mental.

OBJETIVO E AMPLITUDE DA POLÍTICA



- ✓ Assegurar que todas as crianças e adolescentes estejam protegidos de toda e qualquer forma de violência no âmbito institucional.
- ✓ Orientar que, no caso de identificação de alguma violação de direitos, os/as profissionais saibam encaminhar a situação para o atendimento necessário de cada ocorrência, de forma adequada.
- ✓ Proteger a Organização Social de possíveis denúncias infundadas.

Em sua atuação a SOAF assume seriamente a responsabilidade de promover práticas que resguardem a segurança de crianças e adolescentes, visando sua proteção contra danos, abuso, abandono, exploração e agravos de qualquer natureza. Além disso, serão tomadas ações positivas de prevenção para que abusadores de crianças não se envolvam de modo algum com a SOAF e, para que qualquer funcionário, colaborador ou visitante que venha a violar direitos de crianças e/ou adolescentes possam ser efetivamente responsabilizados e estritamente punidos. As decisões e ações de proteção de crianças e adolescentes, referentes a situações não previstas, ou cujos procedimentos não estiverem tacitamente descritos neste documento, se guiarão sempre pelo princípio do “interesse superior da criança”.

2. MEDIDAS DE PREVENÇÃO

A Política de Proteção Infantil deve ser aplicada a todos os funcionários da SOAF, inclusive os que ocupam cargo de Gerência, Diretoria, associados, voluntários e visitantes, enfim, colaboradores em geral, os quais devem cumprir com suas responsabilidades e entender que caberá sanções em caso de descumprimento da política. Para consolidar efetivamente e tornar as medidas mais eficazes, toda a equipe deverá passar por um treinamento anual reforçando pontos relevantes e gerais sobre a Política de Proteção Infantil, normas gerais e comprometimento individual e coletivo. A intenção da política é que seja um conjunto global de padrões mínimos para todos os que fazem a SOAF. Este compromisso será evidenciado com a assinatura da Política de Proteção - (Termo com Código de Conduta para Funcionários, doadores, voluntários, assessores, etc.) Em Anexo.

A. Código de Conduta Para os Funcionários

Anexos, Nº 02

B. Código de Conduta para outras pessoas (Doadores, Voluntários, Assessores etc.)

Anexos, nº 02



PESSOA RESPONSÁVEL PELA SALVAGUARDA NA SOAF

ANA GEYSA GRANGEIRO SAMPAIO

- CICERA FIGUEIREDO PEREIRA
- MARIA HELIEUZA DAVID ALVES

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A SOAF assegura que todas as informações eletrônicas guardadas e e-mails sobre crianças são protegidos por senha. O acesso aos dados das crianças é dado apenas a pessoas designadas que precisam da informação como parte de seu trabalho, os computadores usados possuem software antivírus compatíveis e são realizados backups periodicamente. Todo o material físico deverá ser arquivado e resguardado em armários, protegidos por chave que serão guardadas em locais seguros. Os HDs externos serão armazenados em locais seguros com acesso limitado apenas às pessoas autorizadas. Serão sempre adotadas medidas de licença para backup em drive e bloqueio de tela em todos os computadores.

Toda criança participante deve ter uma pasta física e individual - devidamente identificada e armazenada em local seco e seguro - dentro da sede da SOAF. Os materiais digitalizados são salvos em computadores e/ou HDs externos adequadamente protegidos. Em se tratando de informações confidenciais e sensíveis, apenas colaboradores autorizados e signatários da Política de Salvaguarda Infantil devem ter acesso a estes materiais. Após desligamento da criança, a pasta deve ser guardada por 5 anos. Ao final deste período, ela poderá ser descartada de forma responsável e segura.

CONTRATADOS E FORNECEDORES

Aos Contratados que tenham contato direto com os participantes dos programas, ou possam ter acesso aos dados mantidos sobre eles, serão orientados sobre a política de proteção, com assinatura de protocolo de comportamento e Acordo de Não-Divulgação, aplicando-se em casos específicos, também aos

fornecedores, que deverá ser incluída como cláusulas ou anexos apropriados ao contrato.

Fornecedores ou contratados devem garantir que o pessoal que fornece diretamente bens e serviços não tenham condenações atuais ou passadas relacionadas com exploração sexual e abuso, negligência ou outras condenações criminais.

Os fornecedores comerciais que prestam serviços contínuos devem informar à SOAF que não estão participando deliberadamente do trabalho e exploração infantil, com assinatura do documento de não utilização do trabalho infantil, modelo disponível no anexo 10: DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

PADRÕES PARA A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

A SOAF sempre irá seguir os critérios padronizados para seu controle de Contratação de Recursos Humanos, a partir dos itens, nesta ordem:

1. Atestado de Antecedentes Criminais – Folha Corrida
2. Seleção dos Funcionários com Entrevistas
3. Capacitação Para Entendimento da Política de Proteção à Infância
4. Assinatura do Código de Conduta de proteção à Criança e adolescente para funcionários.
5. Treinamento anual sobre a Política de Proteção Infantil

PADRÕES PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Normas de comunicação

Todos os conteúdos dos meios de comunicação social primarão pelos valores do respeito e da igualdade e preservarão a dignidade da pessoa retratada. Solicitamos retratar a criança como sujeito, com personalidade própria de muitas dimensões e potenciais. A criança não pode ser reduzida à condição de vítima ou outros estereótipos. Solicitamos que informe as crianças, seus pais ou representantes legais de maneira compreensível dos fins e da forma de

utilização dos conteúdos de comunicação social que pretende produzir. A produção de conteúdo para a comunicação social exige a autorização das crianças e dos pais/responsáveis, expressamente escritas. A privacidade de todas as pessoas, na SOAF e no seu entorno,



será garantida a qualquer momento. A não ser que a citação do nome da criança seja de interesse da criança e conte com a autorização expressa da criança, dos pais ou educadores, todos os nomes de crianças serão substituídos por pseudônimos. Os corpos das crianças deverão estar cobertos com roupa adequada em conformidade com os costumes locais.

MÍDIAS SOCIAIS

Todas as informações e imagens visuais, tanto fotografias como imagens em movimento, de crianças, familiares e comunidades devem respeitar a dignidade da criança e não permitir que a criança seja identificada; As imagens devem ser armazenadas de forma segura no banco de mídias da SOAF de acordo com as leis de dados e privacidade relevantes.

3. SISTEMA DE MANEJO DE CASOS

Os atores no sistema de manejo de casos da SOAF foram assim definidos: Pessoa Responsável pela PI: Educador Social indicado pelo Gestor; Equipe de PI: Gestor e Educador Social. Todos os Educadores Sociais e equipe da organização passam por capacitação inicial sobre a PPI para melhor proteção as crianças a eles confiadas.

SISTEMA DE REVELAÇÃO, DENÚNCIA, INVESTIGAÇÃO E SEGUIMENTO DE CASOS DE PROTEÇÃO INFANTIL / PROTEÇÃO AS CRIANÇAS AFETADAS



O reconhecimento dos sinais das várias formas de violência contra crianças e adolescentes fazem parte da rotina dos profissionais de SOAF, bem como a abordagem dessas situações que, às vezes, é de extrema complexidade. Estar atento para suspeitar e encaminhar a investigação de maus-tratos requer, além de habilidade, sensibilidade e compromisso com as crianças e adolescentes.

Para fazer valer os direitos da infância e da adolescência previstos na Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em julho de 1990, criou uma rede de atendimento com ações integradas, o Sistema de Garantia de Direitos, do qual fazem parte desde os serviços públicos de educação e saúde até os órgãos especializados da segurança pública e da Justiça, e definiu um modelo de intervenção para os casos de violência contra crianças e adolescentes.



No caso dos educadores da SOAF, a equipe da PPI e a coordenação da instituição serão acionados imediatamente, por meio do encaminhamento da ficha de Notificação. (Modelo de notificação Anexo). Após a discussão do caso, decide-se em conjunto quem fará o contato com a família da criança e do adolescente. O profissional que se responsabilizar pelo levantamento dos dados da situação vivida pela criança ou pelo adolescente deve utilizar estratégias que evitem que a família fique na defensiva ou afaste a criança ou o adolescente da Organização. Caso as informações colhidas e os

dados observados levem à suspeita ou à confirmação da violência, a organização, por meio de sua coordenação, tem a obrigação, inclusive legal, de comunicar ao Conselho Tutelar, que deve, por sua vez, encaminhar o caso aos órgãos competentes. Neste caso, a SOAF fará, no prazo de 15 (quinze) dias uma Consulta ao Conselho Tutelar para verificação do andamento do caso, até sua total conclusão.

4. IMPLEMENTAÇÃO COM PARCEIROS

PADRÕES PARA AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO INFANTIL DOS PARCEIROS

AVALIAÇÃO DE RISCOS

O Conselho da Pais/ Diretoria da SOAF são responsáveis em última instância por essa política. Os diretores executivos da SOAF são responsáveis por sua implementação. O monitoramento do cumprimento dessa política se faz através do seguimento obrigatório de implementação da Política de Proteção à Infância. O descumprimento dessa Política e das responsabilidades podem ocasionar as seguintes sanções:

- Para os funcionários ou Gerentes da SOAF: ações disciplinares que podem conduzir a uma demissão.
- Para os associados ou visitantes da SOAF: ações até chegar ao rompimento das relações contratuais e acordos de parceria com a SOAF.
- De acordo com o caso: ações legais judiciais ou outras apropriadas.

Em caso de preocupações sobre a conduta de funcionários, associados, visitantes ou



gerentes da SOAF com relação à proteção infantil e/ou em caso de descumprimento da Política de Proteção, isso será investigado como parte dessa política, inclusive fazendo referência às autoridades correspondentes para a investigação criminal de acordo com a legislação local pertinente e/ou pela própria SOAF de acordo com os procedimentos disciplinares. Isso pode resultar em ações disciplinares para o pessoal e gerentes da SOAF.

Tenham em conta que se trata de uma preocupação legítima sobre uma suspeita de maltrato ou abuso, a mesma que, se no início da investigação for tida como infundada, não será levada adiante e também não caberá qualquer tipo de ação contra a pessoa que reportou. No entanto, serão aplicadas sanções apropriadas nos casos de acusações falsas ou maliciosas de maltrato ou abuso infantil.

A SOAF busca, a partir de novos modelos de atividades implementadas em 2023, anualmente, antes de iniciar sua execução programática, avaliar para cada ciclo de vida (0-6 anos; 7-14 anos e 15-24 anos) se há riscos inerentes as atividades internas e externas previstas, como: modelos de programas (PACTO, Eu Me Amo, Eu me Cuido), oficinas (educativas, esportivas e culturais), metodologias, torneios, festivais, feiras, apresentações, cursos, palestras, intercâmbios, etc. Recomendamos que possam utilizar o nome/código da atividade lançado no sistema, conforme sugestão no Anexo 09.

DEFINIÇÕES

Fatores: A serem considerados no levantamento do nível de risco na proteção à criança.

Risco: A probabilidade de ocorrer agressão a partir dos fatores identificados. Uma vez avaliado, o risco pode ser alto, médio ou baixo.

Medidas de controle: São ações que já foram tomadas ou que poderiam ser tomadas para reduzir o risco ao menor nível possível.

Probabilidade: Usada para a descrição da probabilidade ou a frequência.

Impacto/Gravidade: Resultado ou consequência de um risco.

Assim que os riscos tiverem sido identificados, os planos de mitigação devem ser implementados para tratar e minimizar os riscos identificados.

ELEMENTOS DA PPI

- Participação e Empoderamento das Crianças
- Proteção Infantil por Meio de Programas e Projetos
- Acompanhamento dos Parceiros e Assessoria

5. DOCUMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

ESTABELECIMENTO DE UMA RETROALIMENTAÇÃO E UM PROCESSO DE APRENDIZAGEM CONTINUA.

A Política de Proteção à Infância da Sociedade de Assistência à Criança terá um prazo de 3 anos para sua Revisão, a contar da data de lançamento, tendo flexibilidade acionadas por demandas e alterações na legislação nacionais, regionais ou locais, podendo ser antecipada sua revisão para atender tais especificidades. O processo avaliativo se dará anualmente, estabelecendo normas locais e de parceiros a serem implementadas.





- 1 - FICHA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE MAUS-TRATOS OU ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**
- 2. CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS FUNCIONÁRIOS - (VOLUNTÁRIOS- DIRETORIA)**
- 3. CÓDIGO DE CONDUTA PARA OS VISITANTES - (NORMAS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO)**
- 4. TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, VOZ E NOME**
- 5. AUTORIZAÇÃO PARA HOSPEDAGEM NACIONAL DE CRIANÇAS ACOMPANHADO DE PESSOA RESPONSÁVEL (ART.82 ECA)**
- 6. AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM**
- 7. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD**
- 8. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE (CONVÊNIO COM O CHILDFUND)**
- 9. FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE RISCO PARA A PROTEÇÃO À CRIANÇA**
- 10. DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA
SOAF - Milagres-CE**

**FICHA DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE CASOS SUSPEITOS OU CONFIRMADOS DE
MAUS-TRATOS OU ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

Definição de caso: Suspeita ou confirmação de violência. Considera-se violência como o uso intencional de força física ou do poder, real ou em forma de ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002). **Atenção: Em casos de suspeita ou confirmação de violência contra crianças e adolescentes, em todas as suas formas a notificação deve ser obrigatória e dirigida aos Conselhos Tutelares e/ou autoridades competentes** (Juiz da Infância e Juventude, Ministério Público e/ou Delegado de Polícia local), de acordo com os arts. 13 e 56, inciso I da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. A omissão importa na prática da infração administrativa tipificada no art. 245, do mesmo Diploma Legal. Para os efeitos da lei, são consideradas crianças as pessoas de zero a 12 anos incompletos e adolescentes as pessoas com idade entre 12 e 18 anos incompletos.

- 1 - **Preencher** a ficha de notificação em 2 vias e encaminhar a 1ª vias ao Conselho Tutelar ou demais autoridades acima referidas, arquivando a segunda na instituição. O encaminhamento deve ocorrer **imediatamente** após a suspeita ou confirmação da violência.
- 2 - **Prestar** o atendimento inicial à criança e orientar os pais ou responsável.
- 3 - **Encaminhar** a criança/adolescente ao Conselho Tutelar, se possível **com avaliação técnica e sugestão de encaminhamento**.

IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ ADOLESCENTE	Nome: _____ Data de Nascimento: ___/___/____. Sexo: () Fem., () Masc. Raça/cor: () branca, () parda, () negra, () oriental. Nome da mãe: _____ Nome do pai: _____ Endereço de residência: _____ _____ Ponto de referência: _____ Telefone para contato: (____) _____	Com quem vive: <input type="checkbox"/> Pai, <input type="checkbox"/> Mãe <input type="checkbox"/> Padrasto, <input type="checkbox"/> Madrasta <input type="checkbox"/> Tio, <input type="checkbox"/> Tia <input type="checkbox"/> Avô, <input type="checkbox"/> Avó <input type="checkbox"/> Irmão(ã,aos,ãs) Outros: _____	Apresenta deficiência ou transtorno: <input type="checkbox"/> física <input type="checkbox"/> mental <input type="checkbox"/> visual <input type="checkbox"/> auditiva <input type="checkbox"/> transtorno mental <input type="checkbox"/> outra: _____ <input type="checkbox"/> não observada	
	Estuda? <input type="checkbox"/> sim, <input type="checkbox"/> não. Série: _____. Turno () M, () T, () N. Escola: _____			
CARACTERIZAÇÃO DOS MAUS-TRATOS / VIOLÊNCIA	Suposto agressor: <input type="checkbox"/> Pai, <input type="checkbox"/> Mãe, <input type="checkbox"/> Padrasto, <input type="checkbox"/> Madrasta, <input type="checkbox"/> Outro(s): _____ Nome do(s) suposto(s) agressor(es): _____		Características da agressão: <input type="checkbox"/> uma vez, <input type="checkbox"/> mais de uma vez Data ou Período da agressão: ___/___/___ a ___/___/___ Horário aproximado da agressão: ___h___min	
	Tipo(s) de violência: <input type="checkbox"/> Negligência <input type="checkbox"/> Física <input type="checkbox"/> Psicológica/moral <input type="checkbox"/> Tortura <input type="checkbox"/> Sexual <input type="checkbox"/> Tráfico de humanos <input type="checkbox"/> Financeira/econômica <input type="checkbox"/> Trabalho infantil <input type="checkbox"/> Outro: _____	Se violência sexual, descrever: _____ _____ _____ _____	Local(is): <input type="checkbox"/> residência <input type="checkbox"/> habitação coletiva <input type="checkbox"/> escola <input type="checkbox"/> local de prática esportiva <input type="checkbox"/> bar ou similar <input type="checkbox"/> via pública <input type="checkbox"/> comércio/serviços <input type="checkbox"/> Indústrias/construção <input type="checkbox"/> outro: _____ Endereço: _____	
DENUNCIANTE	Denunciante: <input type="checkbox"/> Própria criança/adolescente <input type="checkbox"/> Outro. Especificar grau de relacionamento: _____	CONDUTA	Conduta realizada: <input type="checkbox"/> Encaminhamento a outros profissionais ou serviços. Especificar: _____ Sinais de Violência: _____ _____ _____	
TELEFONES ÚTEIS	Conselho Tutelar - Fones: (88) 3553-5533 - 3553-1800 (24h) Combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: Disque denúncia nacional: 100 Polícia militar: 190			
RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO	Data: ___/___/____. Unidade notificadora: _____ Responsável pela notificação: _____ Assinatura: _____ Responsável pela unidade: _____ Assinatura: _____			

Obs: A notificação não constitui, em si, providência ou encaminhamento, mesmo quando dirigida ao Conselho Tutelar. As requisições de serviço efetuadas pelo Conselho Tutelar devem ser atendidas com a mais **absoluta prioridade**.



Código de Conduta para os funcionários (COLABORADORES-VOLUNTÁRIOS- DIRETORIA)

A Sociedade de Assistência à Criança – SOAF assumiu um compromisso com a proteção da criança contra o abuso e os maus-tratos na sua estrutura, nas suas atividades. Para reduzir o risco de abuso e maus-tratos, ela adota medidas de prevenção que serão aplicadas em sua estrutura interna e nos projetos desenvolvidos.

O objetivo do código de conduta para a interação com as crianças consiste em garantir que os funcionários/colaboradores da Sociedade de Assistência à Criança – SOAF assumam a responsabilidade conjunta pela segurança das crianças.

Nome: _____ Função: _____

Com a minha assinatura, assumo a obrigação de seguir as normas da SOAF relativas à proteção da criança;

1. Velar pelo cumprimento e pela divulgação das normas de conduta no meu trabalho;
2. Reagir sem delongas a suspeitas, denúncias e incidentes e comunicar estes fatos à Equipe de Proteção Infantil da SOAF;

Neste sentido, vou contribuir para a criação de um entorno seguro, que incentive a encoraje a criança a:

3. Levar a sério as opiniões e preocupações das crianças, fomentando-as em sua qualidade de sujeitos;
4. Tratar com respeito todas as crianças;
5. Seguir, dentro do possível, a "regra dos dois adultos", ou seja, assegurar que sempre "mais um" adulto esteja presente ou a alcance quando uma criança passa por um treinamento individual, atividade de formação.
6. Respeitar a dignidade humana e a necessidade de proteger as crianças, sobretudo seus dados pessoais, em fotografias, filmes e matérias de relações públicas, e solicitar que terceiros que recebem da SOAF ou dos parceiros informações sobre as crianças, assumam uma postura semelhante;

Além disto, vou me abster de ameaças, atos de discriminação, intimidação, violência física ou violência por palavras. Isto implica que jamais vou:

- Fazer uso indevido do poder que me é conferido por cargo ou função para colocar em risco a vida e o bem-estar da criança;
- Bater ou abusar fisicamente crianças ou aplicar medidas pedagógicas violentas ou humilhantes;
- Praticar atos de abuso sexual, físico ou emocional ou explorar a criança, nomeadamente realizar atividades sexuais com a criança ou expor a criança a material pornográfico;
- Acariciar, beijar, tocar ou segurar as crianças nos braços de forma inadequada ou culturalmente insensível;
- Usar palavras impróprias, despudoradas ou indevidas;
- Fazer insinuações sexuais ou praticar atos de duplo sentido frente a uma criança;
- Ajudar a criança nos cuidados íntimos (ir ao banheiro, tomar banho, trocar roupa, etc.) que a criança consiga sozinha.
- Manter relações com uma criança que implicam exploração ou maus-tratos;
- Passar demasiado tempo com uma criança separada das demais;
- Tolerar ou apoiar posturas ilegais, perigosas ou abusivas contra a criança;
- Pedir à criança favores ou serviços que podem ser considerados abuso ou exploração.

Sociedade de Assistência à Criança- SOAF, Milagres-CE, _____ de _____ de _____.

Colaborador//Voluntário - Assinatura legível



ANEXO 3 - SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA-SOAF

Código de Conduta para os Visitantes (NORMAS DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO)

A Sociedade de Assistência à Criança – SOAF assumiu um compromisso com a proteção da criança contra o abuso e os maus-tratos na sua estrutura, nas suas atividades. Para reduzir o risco de abuso e maus-tratos, ela adota medidas de prevenção que serão aplicadas em sua estrutura interna e nos projetos desenvolvidos.

O objetivo do código de conduta para a interação com as crianças consiste em garantir que os visitantes da Sociedade de Assistência à Criança – SOAF assumam a responsabilidade conjunta pela segurança das crianças.

Nome: _____ Função: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

E-mail: _____

Com a minha assinatura, assumo a obrigação de seguir as normas da SOAF relativas à proteção da criança;

1. Velar pelo cumprimento e pela divulgação das normas de conduta no meu trabalho;
2. Reagir sem delongas a suspeitas, denúncias e incidentes e comunicar estes fatos à Equipe de Proteção Infantil da SOAF:

Tomei conhecimento acerca das normas de Comunicação e seguirei corretamente:

Normas de comunicação

- Todos os conteúdos dos meios de comunicação social primarão pelos valores do respeito e da igualdade e preservarão a dignidade da pessoa retratada.
- Solicitamos retratar a criança como sujeito, com personalidade própria de muitas dimensões e potenciais.
- A criança não pode reduzida à condição de vítima ou outros estereótipos.
- Solicitamos que informe as crianças, seus pais ou representantes legais de maneira compreensível dos fins e da forma de utilização dos conteúdos de comunicação social que pretende produzir.
- A produção de conteúdo para a comunicação social exige a autorização das crianças. Os pais/responsáveis deverão expressar por escrito através de termo específico.
- A privacidade de todas as pessoas, na SOAF e no seu entorno, será garantida a qualquer momento.
- A não ser que a citação do nome da criança seja de interesse da criança e conte com a autorização expressa da criança, dos pais ou educadores, todos os nomes de crianças serão substituídos por pseudônimos.
- Os corpos das crianças deverão estar cobertos com roupa adequada em conformidade com os costumes locais.

TOMEI CONHECIMENTO:

Sociedade de Assistência à Criança- SOAF, Milagres-CE, _____ de _____ de _____.

Visitante //Assinatura legível: _____

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA-SOAF

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM, VOZ E NOME

_____ (nome da criança/adolescente), representada/o pela _____ (nome da mãe, pai ou tutor), portador(a) da Cédula de Identidade RG no _____, inscrito (a) no CPF sob no _____, residente e domiciliado (a) na _____, no _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, AUTORIZO à SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA - SOAF, entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua José de Alencar, Nº 296, CEP 63250-000, Bairro Francisca do Socorro, na Cidade de Milagres-CE, Estado do Ceará, inscrita no CNPJ sob o Nº 06.747.141/0001-59, de forma irrevogável e irretroatável, por prazo indeterminado, sem nenhuma limitação territorial, no Brasil ou no exterior, e sem limitação no que se refere ao número de utilizações, o uso gratuito de meu nome, voz, imagens e depoimentos, em material fotográfico, videográfico ou em outro meio de divulgação, em mídia impressa, eletrônica e audiovisual. O material poderá ser veiculado para fins jornalísticos, institucionais e comerciais, nas ações da SOAF.

A autorização de uso de nome, voz, imagens e depoimentos é gratuita, em conformidade com a Lei no 9.608, de 18/02/1998. A presente prestação é atividade não remunerada, e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, administrativas, previdenciárias ou afins.

A SOAF tem o direito de não utilizar e/ou divulgar o nome, voz, imagens e depoimentos, segundo sua conveniência.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso do nome, voz, imagens e depoimentos, para os fins aqui estabelecidos.

Fica eleito o Foro da Comarca de Milagres-CE para que, perante o mesmo e pela ação competente, sejam dirimidas quaisquer controvérsias do presente contrato.

O presente termo é firmado em 1(uma) via.

Sociedade de Assistência à Criança, SOAF - Milagres-CE, ____/____/____.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA-SOAF

AUTORIZAÇÃO PARA HOSPEDAGEM NACIONAL

DE CRIANÇAS ACOMPANHADO DE PESSOA RESPONSÁVEL (ART.82 ECA)

Eu _____, portadora do RG _____, residente no _____ município de Milagres - CE, com telefones para contato _____, na qualidade de mãe/pai/cuidador AUTORIZO meu filho: _____ nascido em ___/___/_____, documento: _____, sexo _____, natural de _____, a hospedar-se no _____ localizado a _____, Cidade _____ no período de _____ acompanhado do _____ portador do RG _____, conforme o artigo 83 § 1º, b, 2, da lei 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente residente no _____

Milagres, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AUTORIZAÇÃO DE VIAGEM

Eu _____ portador (a) do Documento/TIPO _____ N° _____, responsável pela criança _____ membro do Projeto _____, autorizo a participar de uma Excursão Cultural na cidade de _____ com a finalidade de _____ junto à Sociedade de Assistência à Criança -SOAF.

Ao mesmo que ASSUMO A RESPONSABILIDADE de **COMUNICAR** com até 12 horas de antecedência **EM CASO DE DESISTÊNCIA**, pelos telefones junto aos Educadores, ou pessoalmente, para que possamos dar a oportunidade a outra criança.

OBS: A saída será às ____ horas na sede da SOAF, no dia ____ de _____ de _____.

DECLARO que estou ciente do compromisso acima estabelecido.

Assinatura do responsável

Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

A LGPD é a lei nº 13.709, aprovada em agosto de 2018 e com vigência a partir de agosto de 2020, corrobora com esta Política de Proteção Infantil que preconiza a privacidade e confidencialidade das informações da criança. Além do processo forma da SOAF, estamos alinhados ao ChildFund devido a parceria firmada pelo sistema de apadrinhamento.

1. **FINALIDADE E NECESSIDADE:** a lei define que o cidadão deve saber a finalidade e necessidade do tratamento de seus dados. Por isso, as crianças e seus pais ou responsável devem ser informados sobre como seus dados e fotos serão tratados e divulgados dentro dos processos de Apadrinhamento, Comunicação e Marketing. Eles precisam ser assegurados da conduta ética do ChildFund Brasil e de seu compromisso com a salvaguarda e proteção das crianças.
2. **CONSENTIMENTO:** uma vez que a lei enfatiza o ato de consentir como a base para que os dados de uma pessoa possam ser tratados, a SOAF mantém arquivado em pastas de cada criança o Termo de Consentimento LGPD assinado por um dos pais ou responsável.
3. **ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS E FALHAS:** como a lei estabelece que os profissionais que fazem a gestão de bases de dados devem redigir normas de governança e adotar medidas preventivas de segurança. Sendo assim todo esse procedimento é observado pela SOAF.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE (Convênio com ChildFund)

INSCRIÇÃO:

01-A Criança poderá ser inscrita na Organização com a idade de 06 meses a 12 anos de idade;

02-Nenhuma Criança poderá deixar de ser inscrita na Organização, no sistema de apadrinhamento ou participação nos programas; por motivo de raça, cor, política, credo religioso ou condição física desde (desde que tenham condições de participara das atividades oferecidas).

03- As Famílias das Crianças a serem inscritas para o apadrinhamento terão que estar residindo dentro dos limites geográficos da Organização que é de aproximadamente 30 km, por um período mínimo de 6 meses.

04-A renda per capita familiar máxima permitida para inscrição de crianças na Organização é de 50% do salário mínimo vigente. (Originária da Renda dos Pais e não benefícios de parentes que residem na casa).

05- Nenhuma Criança poderá ser inscrita cujo pais ou responsáveis não assinem um "Termo de Compromisso" de acordo com a participação da criança nos projetos, comprometimento dos pais com os procedimentos incluídos na Política de Proteção à Criança; permissão dos mesmos para abertura, revisão, tradução e retirada dos endereços das cartas dos padrinhos; todos devem entender completamente a inscrição quais os benefícios que podem decorrer vindos da Organização, e o que é esperado deles em relação a sua participação na Organização.

06- Poderá ser inscrita mais de uma criança por família de acordo com as necessidades, não podendo ultrapassar o número de 03 crianças por família.

07- Uma criança apadrinhada pelo Fundo para Crianças não poderá ser inscrita em outra organização de apadrinhamento similar ao ChildFund Brasil.

08-A família deve entender desde o início, que o apadrinhamento tem um limite de tempo, e que é uma oportunidade de desenvolvimento da família.

09- Filhos de Funcionários não poderão ser inscritos.

DESLIGAMENTOS:

01- Mudança de área sem que esteja nos limites geográfico da OSP;

02- O Adolescente/ jovem passa a trabalhar usufruindo um salário que lhe permite assumir suas despesas como: a Escola e outros.

03-Em período letivo, o responsável que viajar com a criança inscrita, prejudicando-a na frequência escolar, será aguardado o seu retorno até 30 dias.

04-Promoção: Será promovida a família que aumentar sua renda per capita para 60% e venha adquirindo bens móveis e imóveis.

05- A criança inscrita que assumir um relacionamento e venha a morar em residência própria, o responsável tem que comunicar ao projeto do procedimento legal, caso fixe moradia e não mais apresente interesse pelas atividades escolares e da SOAF.

06- Caso a família tenha se mudado para uma área onde haja outra entidade conveniada ao ChildFund Brasil e a criança e família continuem elegíveis, poderá ser feita a transferência da criança para a Organização segundo acordo entre as partes.



9. FORMULÁRIO DE LEVANTAMENTO DE RISCO PARA A PROTEÇÃO À CRIANÇA

Formulário de Levantamento de Risco para a Proteção à Criança¹

Para a identificação ou levantamento de riscos:

- Para o planejamento de todos os tipos de atividades e eventos que envolvam crianças
- Para indivíduos/grupos/agências impactadas pelas questões de proteção à criança

		Impacto		
		B	M	A
Probabilidade	A-3	M	A	A
	M-2	B	M	A
	B-1	B	B	M

Descrição do evento ou incidente na proteção à criança:

Data do risco:

Levantamento:

Levantamento de risco					Gerenciamento de risco				
Passo 1: Qual o estágio do evento ou atividade?	Passo 2: Quem está correndo risco? (Pense nos fatores que que o/a colocam em risco)	Passo 3: Quais são os riscos?	Passo 4: Quais são as medidas de controle em andamento?	Passo 5: Cálculo de risco			Passo 6: Quais são as ações de controle adicionais pré-estabelecidas a serem implementadas para mitigar o risco?	Por quem?	Quando?
				Probabilidade	Impacto	Nível do risco			

Preenchido por: Nome em letra legível:

Assinatura:

Data:

Assinatura do gerente: Nome em letra legível:

Assinatura:

Data:

¹ Este Formulário de Levantamento de Risco é parte integrante do Planejamento Internacional.

² Veja as observações abaixo para uma explicação sobre o que é requerido em cada um dos seis passos.

OBSERVAÇÕES DE ORIENTAÇÃO

Definições

Fatores: A serem considerados no levantamento do nível de risco na proteção à criança.

Risco: A probabilidade de ocorrer agressão a partir dos fatores identificados. Uma vez avaliado, o risco pode ser alto, médio ou baixo.

Medidas de controle: São ações que já foram tomadas ou que poderiam ser tomadas para reduzir o risco ao menor nível possível.

Probabilidade: Usada para a descrição da probabilidade ou a frequência.

Impacto/Gravidade: Resultado ou consequência de um risco.

Seis passos para o levantamento de risco

Um levantamento de risco deve ser executado quando qualquer evento for organizado, particularmente se ele envolver crianças e/ou jovens. Se você quiser assegurar a participação segura de uma criança em um evento, um levantamento de risco irá assegurar que todos os aspectos do evento e da localização estão sendo considerados no sentido de se evitar agressões. O levantamento de risco deve ser elaborado antes do evento para assegurar que todas as áreas de risco que possam causar um acidente, incidente ou agressão, envolvendo qualquer pessoa, tenham sido identificadas antecipadamente, de modo que as medidas de controle apropriadas, tais como procedimentos de segurança e padrões de proteção à criança, sejam colocados em andamento para reduzir o nível do risco. Um levantamento de risco também deve ser elaborado quando for relatado um incidente na proteção à criança. Ele deve ser elaborado o mais rápido possível, uma vez abordadas as preocupações com a saúde e a segurança da criança e quando forem elaborados os relatórios necessários para as autoridades locais, tão logo surjam as alegações de que um crime possa ter sido cometido. Na medida do possível, o levantamento de risco deve ser elaborado antes de responder/investigar um incidente na proteção à criança e ser assinado por um gerente-sênior.

Este guia fornece uma abordagem simples, em seis passos, para o levantamento de risco no planejamento da atividade/evento ou antes de responder (ou investigar) um incidente na proteção à criança. O Formulário de Levantamento de Risco para a Proteção à Criança deve ser usado para registrar seus achados; ele foi delineado para guiá-lo no passo a passo do processo.

Passo 1: Qual o estágio ou atividade?

Pense de maneira lógica no evento ou no incidente do início ao fim e liste, em linhas gerais, todos os riscos que puder.

Quando for levantar o risco de um evento, será útil dividi-lo em diferentes áreas de atividade e então listar os possíveis riscos que existem nas áreas de atividade.

As observações gerais, quando forem realizadas para cada parte do evento ou área de atividade, podem incluir os seguintes aspectos:

- Ponto de encontro (incluindo vias de acesso, estacionamentos etc.);
- Método de Transporte (veículos e condução);
- O trajeto (ida e volta);
- Local do evento;
- Montagem do equipamento;
- Todas as atividades planejadas;
- Atividades extracurriculares;
- Pontos de descarga/desembarque;

Passo 2: Quem está correndo risco? Pense nos fatores que o/a coloca em risco.

Considere quem poderia ser agredido e pense nos fatores que poderiam aumentar o risco de uma agressão.

- Criança e/ou outras crianças da família ou comunidade;
- Adultos da família/comunidade;
- Equipe ou voluntários;
- Público em geral;
- Organização (país, região e/ou global);
- Outros (como, por exemplo, vendedores, expositores ou artistas)

Tabela 1 – Exemplos de fatores de risco a serem considerados no levantamento do risco

Os seguintes fatores devem ser considerados quando se for identificar o que poderia colocar em risco as partes identificadas acima. Por favor, note que esta lista não é exaustiva e que pode haver muitos outros fatores que devem ser levados em consideração.

Quem	Fator
Criança e/ou outras crianças da família ou comunidade	Idade, gênero, costumes sociais/culturais, religião, deslocamento (se for um refugiado), pobreza, deficiências, saúde, acesso do agressor à criança, intervenção policial, redes de proteção à criança no país, segurança, tipo de questão para a proteção à criança.
Relator do incidente na proteção à criança	Idade, gênero, costumes sociais/culturais, religião.
Adultos da família	Gênero, costumes sociais/culturais, estabilidade financeira, deslocamento (se for um refugiado), relacionamentos na família, dependência da organização, deficiências, saúde.
Acusado(a) da agressão	Gênero, costumes sociais/culturais, orientação sexual, estabilidade financeira, intervenção policial, segurança.
Comunidade	Valores sociais, pobreza, deslocamento, dependência, segurança da equipe.
Organização	País onde está localizada, reputação no país, receita, mecanismos de prestação de contas, procedimentos.

Passo 3 – Identificar o modo pelo qual ele/ela está correndo risco

Quando for planejar um evento, queremos não somente garantir a participação segura das crianças como também de todas as outras pessoas envolvidas. Pense então em riscos potenciais que podem estar envolvidos em cada estágio ou categoria de atividades, buscando somente aquelas que se espera que gerem algum tipo de agressão/dano. Pense nas atividades das crianças e naquelas que outras pessoas estarão executando. A que elas estarão expostas? Você pode usar os exemplos seguintes para guiá-lo:

- Escorregar/tropeçar ou cair do alto (como, por exemplo, de pisos ou de escadas malconservadas, com ausência de corrimão ou barreira de contenção);
- Incêndio (como, por exemplo, causado por materiais inflamáveis, fumaça etc.) ou risco de choque elétrico (como, por exemplo, de fiação exposta);
- Drogas, álcool ou outras substâncias químicas (incluindo-se aí qualquer medicação que a criança estiver tomando);

3

- Perigos geográficos, tais como praias, lagos, despenhadeiros etc., que tragam risco de afogamento e risco de que as crianças fiquem perdidas etc.;
- Ruas congestionadas de cidades grandes, incluindo risco com o tráfego;
- Acomodações inapropriadas para dormir (se o evento for residencial e durante a noite);
- Acidente com veículos, problemas de tráfego, riscos para dirigir;
- Estresse e fadiga (decorrente, por exemplo, de viagens longas);
- Riscos de saúde (doenças, insetos, água/comida contaminada etc.);
- Processamento manual – associado aos atos de carregar, levantar, empurrar etc.;
- Iluminação fraca – áreas externas, corredores, escadarias etc.;
- Temperaturas extremas – atividades externas durante o inverno, chuva, exaustão/desidratação pelo calor;
- Comportamento antissocial, agressão ou ataques violentos, como, por exemplo, em protestos/manifestações ou em área de intensa criminalidade;
- Eventos de destaque podem atrair interesse público/midiático indesejado – situações, por exemplo, em que o controle da segurança possa ser necessário;
- Agressores de criança.

Quando os riscos específicos, relacionados apenas com a proteção da criança contra incidentes, forem identificados, pode ser útil identificar as diferentes pessoas e/ou partes da organização que foram apontadas nos passos 1 e 2. Alguns exemplos de riscos incluem:

- Um suposto agressor com acesso à(s) vítimas criança(s);
- Situações em que o abuso continuará acontecendo com a criança;
- Retaliações (de criança(s)/família/comunidade contra criança(s)/ família/relator/equipe/suposto agressor);
- A reputação da organização foi prejudicada ou sua renda afetada por algum aspecto do caso de proteção à criança.

Passo 4 – Identifique o que está sendo posto em funcionamento agora para reduzir o risco.

Para cada risco identificada no Passo 3, identifique quais medidas de controle estão sendo postas em andamento no momento ou quais ações que já tenham sido realizadas e que podem reduzir o risco.

Por exemplo:

- Uma medida de controle para reduzir o risco de que as crianças se machuquem em um acidente de trânsito seria assegurar que cintos de segurança sejam usados. Para reduzir o risco de que as crianças fiquem perdidas, incluir supervisão adequada de adultos, normas básicas, restrição de acesso a algumas áreas etc.
- Uma medida de controle em andamento para reduzir o risco de que um suposto agressor tenha acesso à criança vítima pode consistir em informar a polícia e assegurar que a família da criança permaneça atenta aos movimentos dela.

Registre esses achados no Formulário de Levantamento de Risco na Proteção à Criança.

4

Quando for planejar um evento, procure por informações sobre medidas de controle e procedimentos de segurança disponíveis para a via, para o transporte e para atividades que são organizadas por fontes relevantes. Isto incluirá equipamento de segurança, certificação, provisões e procedimentos contra incêndio e de primeiros socorros, protocolos de segurança etc.

Passo 5 - Calcule o nível do risco.

Para calcular o nível de risco, é necessário considerar dois elementos:

- A probabilidade de que o risco ocorra. Três medidas são usadas: certo ou quase certo ocorrer, razoavelmente possível ocorrer, improvável ou nunca ocorre;
- A gravidade/impacto do risco, caso ocorra. Três medidas são usadas: alto impacto, médio impacto e baixo impacto.

Os riscos são analisados como sendo de alta, média ou baixa probabilidade e alto, médio ou baixo impacto/gravidade. O nível do risco é uma função do quão provável acontecer ele é e o nível do impacto potencial, se ele ocorrer de fato, o que está representado na matriz de risco abaixo.

Alto; Certo/ Quase Certo	PROBABILIDADE DA OCORRÊNCIA	Alto	Risco médio	Risco alto	Risco alto
		Médio	Risco baixo	Risco médio	Risco alto
		Baixo	Risco baixo	Risco baixo	Risco Médio
			Baixo	Médio	Alto
IMPACTO/GRAVIDADE DA OCORRÊNCIA					

Quando for pensar em um evento, considere a probabilidade de um acidente ou incidente acontecer e então estime qual seria o impacto ou a gravidade de um acidente. Por exemplo, se existe potencial para ferimento mais grave ou fatal, o impacto (ou gravidade) do acidente deve ser classificado como alto.

Quando avaliar o risco de um suposto incidente na proteção à criança, a gravidade/impacto do risco deve ser definido de maneira diferente. A Parte B da Tabela 2 abaixo fornece um guia de como classificar o impacto potencial de vários riscos para a proteção à criança (como listado na Parte A).

(Note que o guia não é totalmente rígido e que ele pode variar bastante de caso a caso).

Tabela 2: Exemplos de riscos na proteção à criança e seu impacto potencial

Risco	Impacto baixo	Impacto médio	Impacto alto
1. O risco de que supostos agressores tenham acesso à(s) criança(s)	<ul style="list-style-type: none"> O suposto agressor não tem nenhum acesso à(s) criança(s) 	<ul style="list-style-type: none"> O suposto agressor tem acesso supervisionado ou monitorado 	<ul style="list-style-type: none"> O suposto agressor tem acesso às crianças (vítimas ou quaisquer outras).

5

Risco	Impacto baixo	Impacto médio	Impacto alto
vítima(s).	<ul style="list-style-type: none"> Alto nível de intervenções policiais ou investigações de agressões contra crianças no país. 	<ul style="list-style-type: none"> Algumas intervenções policiais ou investigações de agressões contra crianças no país. 	<ul style="list-style-type: none"> Baixo nível de intervenções policiais ou investigações de agressões contra crianças no país.
2. Risco de que o abuso continue ocorrendo contra a criança.	A criança não corre mais risco de abuso contínuo.	Há risco baixo de abuso contínuo contra a criança.	A criança está atualmente correndo risco de abuso contínuo ou de mais abusos.
3. Risco de que haja retaliação de criança/família/comunidade contra criança/família/relator/equipe/suposto agressor.	Nenhuma reação ao incidente da parte da criança/família/comunidade.	Alguma reação ao incidente da parte da criança/família/comunidade.	Reação grave ao incidente da parte da criança/família/comunidade.
4. Dano está sendo causado à reputação/renda da organização por algum aspecto do caso: <ul style="list-style-type: none"> Ligação do agressor com a organização; Gerenciamento ineficiente do caso; Cobertura da imprensa. 	Pouco ou nenhum impacto na reputação ou renda: <ul style="list-style-type: none"> O agressor não tem ligação com a ChildFund; Pouca ou nenhum cobertura da imprensa em nível nacional. 	Algum impacto na reputação, nos apoiadores ou na renda: <ul style="list-style-type: none"> Alguma cobertura da imprensa em nível nacional. 	Impacto significativo em termos de reputação, apoiadores e renda: <ul style="list-style-type: none"> O agressor é membro da equipe/voluntário/terceirizado/padrinho/trabalha em organização parceira/associado à ChildFund/representa de alguma forma a ChildFund/tem ligação com o Planejamento; Cobertura crítica e significativa em nível nacional; qualquer cobertura da imprensa em nível internacional.

Passo 6 – Considere ações adicionais necessárias para reduzir o nível do risco

Uma vez que todos os riscos identificados tenham sido avaliados, é necessário priorizar os riscos e considerar quaisquer ações adicionais que possam ser colocadas em andamento para eliminar, isolar ou mitigar ainda mais os riscos. Algumas vezes, o risco é tão elevado que a única opção sensata é eliminar ou dar fim ao perigo ou à atividade que está na origem do risco. Se o risco calculado for médio ou alto com as medidas de controle em andamento e a eliminação não for uma opção, será necessário considerar medidas de controle de segurança adicionais, que possam ser implementadas para reduzir ou mitigar ainda mais o risco.

Seguindo na linha dos exemplos de medidas de controle fornecidas no Passo 4, o acesso do agressor à criança deve ser reduzido ainda mais ao realocar a criança e sua família para um local seguro e confidencial.

O Formulário de Levantamento de Risco para a Proteção à Criança deve ser usado como uma ferramenta para gerenciar o evento ou o incidente na proteção à criança e irá tomar a forma de um Plano de Ação. Detalhes para ações adicionais pré-estabelecidas devem ser inseridos no formulário de levantamento de risco, juntamente com o nome da pessoa que será responsável pela implementação das medidas de controle, com indicação de prazos claros.

Todas as decisões e ações adicionais tomadas por um gerente devem ser registradas e datadas.

Quando qualquer circunstância for alterada ou quaisquer informações adicionais forem disponibilizadas, o levantamento de risco deve ser atualizado e os riscos existentes identificados devem ser revistos à luz de novas informações.

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE
TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

O (A), inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no,DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz .

Milagres-CE, ___ de _____ de _____.

Representante Legal



Milagres-Ceará